



<b>CADERNO</b>	10. SUPRESSÃO
<b>FICHA</b>	10.4. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O presente documento constitui uma Ficha que é parte integrante de um Caderno temático, de âmbito mais alargado, não podendo, por isso, ser interpretado separadamente.

## 1. ANÁLISE ESTRATÉGICA

Tendo em conta a informação analisada nas outras Fichas que compõem este caderno, pretende-se agora, com base na metodologia SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* -, proceder à análise estratégica da prevenção no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI). A utilização deste tipo de metodologia permitiu identificar os objectivos gerais e as linhas de orientação para a definição de uma estratégia de prevenção dos incêndios florestais, tendo em consideração os principais factores internos, que constituem os pontos fortes e os pontos fracos existentes actualmente, bem como as principais variáveis externas que poderão potenciar (oportunidades) ou condicionar (ameaças) a implementação eficaz de uma estratégia nesta área.

Na tabela 1 estão identificados os principais pontos fortes e fracos internos que decorrem do diagnóstico realizado nas fichas correspondentes:

**Tabela 1**

Identificação dos pontos fracos e pontos fortes internos

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<b>PFR. Supressão</b>	<b>PFT. Supressão</b>
PFR.1. Ausência de coordenação entre os vários intervenientes, com especial incidência na ausência de planeamento conjunto e na actuação desconexa em operações	PFT.1. Existe doutrina em Portugal, sobre os conceitos estratégicos, táticos, de manobra e de segurança (individual e colectiva) a adoptar no combate a incêndios florestais



<p>PFR.2. Os diversos níveis de direcção são demasiado «personalizados», atitude que prejudica a continuidade de processos estruturantes (políticas) definidos por anteriores responsáveis</p>	<p>PFT.2. Existe legislação de enquadramento e de definição da organização de combate, incluindo os procedimentos de intervenção (níveis estratégico e tático)</p>
<p>PFR.3. Número demasiado elevado de pessoal envolvido sem qualquer vínculo ou carreira profissional</p>	
<p>PFR.4. Ausência de formação e treino adequados ao perfil da função que desempenham na supressão de incêndios florestais, na maioria dos intervenientes (bombeiros, sapadores florestais, pilotos de aeronaves, operadores de tractores, etc.), profissionais ou voluntários</p>	
<p>PFR.5. Reduzida capacidade de aplicação no terreno dos conhecimentos e técnicas adquiridos por quem beneficiou de formação que, sendo eficiente, não é eficaz</p>	
<p>PFR.6. Ausência de requisitos de aptidão (conhecimento, capacidade físicas e psicológicas e treino) para o exercício de funções na cadeia de comando, resultando na não aplicação correcta, na maioria das operações de combate, dos conceitos estratégicos e táticos de supressão, com reflexos negativos nas actividades de planeamento, direcção e controlo</p>	
<p>PFR.7. Lacunas graves na segurança individual e colectiva do pessoal no TO e deficiente gestão da sua rendição em operações prolongadas</p>	
<p>PFR.8. Não uniformização (tipificação e normalização) dos meios terrestres e aéreos, bem como dos equipamentos e produtos com que são dotados, independentemente da entidade a que pertencem, e ausência de partilha destes meios entre diferentes intervenientes, mesmo no seio dos bombeiros</p>	



<p>PFR.9. Meios de supressão mal distribuídos, em quantidade e qualidade, face ao risco, agravado pela ausência de sinergias entre os meios de entidades distintas, implicando lacunas na prontidão para o combate dos diversos intervenientes, com reflexos negativos na sua mobilização tempestiva</p>	
<p>PFR.10. Lacunas na aplicação tática dos meios e deficiente articulação entre eles, nomeadamente entre os aéreos e terrestres</p>	
<p>PFR.11. Excessiva dependência da água como agente extintor. Ausência de brigadas manuais, operando exclusivamente com ferramentas manuais</p>	
<p>PFR.12. Lacunas significativas no apoio logístico e nas necessidades de meios de comunicações, aspectos que, em regra, não são considerados no planeamento estratégico de estrutura e de conjuntura visando a eficácia do sistema</p>	
<p>PFR.13. Ausência de um tratamento sistematizado da fase de rescaldo, não existindo equipas devidamente treinadas e enquadradas para o concretizarem e não afectação explícita de um responsável por essa concretização em função de cada situação</p>	
<p>PFR.14. Ausência de sistema que disponibilize informação adequada para apoio ao planeamento e às operações de supressão, nomeadamente a ligada à cartografia de risco</p>	
<p>PFR.15. Ausência de indicadores de desempenho e de informação estatística detalhada que permitam efectuar a avaliação, de forma objectiva, das acções de supressão e contribuir para melhorar o planeamento (de estrutura e de conjuntura)</p>	



PLANO NACIONAL  
**Defesa da Floresta  
Contra Incêndios**

Apresenta-se agora a Tabela 2 onde estão identificadas as oportunidades e ameaças externas, relativas à envolvente da supressão na DFCI.

**Tabela 2**  
Identificação das oportunidades e ameaças externas

<b>PORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<b>OP. Supressão</b>	<b>AM. Supressão</b>
OP.1. Preocupação das autoridades, dos intervenientes e da população em geral com a problemática dos incêndios florestais	AM.1. Ausência generalizada de uma cultura que dê a devida importância ao planeamento e à organização
OP.2. Existência de estruturas de formação, nomeadamente a ENB e as Universidades, com potencialidades para concretizar acções de formação neste sector	AM.2. Elevada rotatividade (ingresso e saída do sistema) de dirigentes, incluindo os elementos de comando, dificultando a manutenção das políticas e exigindo maior esforço de formação
	AM.3. Existência de estruturas e infra-estruturas não protegidas em espaços limítrofes da floresta ou no seu interior, que serão potencialmente ameaçadas em caso de incêndio florestal
	AM.4. Falta de estabilidade política nas estruturas dirigentes do sistema de DFCI



## **2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

A análise da Supressão associada à DFCI, juntamente com a identificação dos pontos fortes e fracos nesta área e as ameaças e oportunidades externas com ela relacionados, permite sugerir as seguintes orientações estratégicas:

**1.** Investimento na formação para o combate a incêndios florestais de todos os intervenientes, independentemente da entidade a que pertençam, adequada ao perfil funcional inerente ao seu nível de actuação, com especial incidência nas seguintes áreas:

- Preparação de todos os intervenientes no combate (especialização em incêndios florestais) através de programas de formação adequados ao nível, meios e âmbito de actuação de cada um;
- Técnicas e táticas de extinção sem recurso, empregando ferramentas manuais e contra-fogo
- Criação de um corpo de formadores de combate a incêndios florestais, distribuídos pelo País;
- Avaliação no terreno (situações reais e exercícios) da eficácia dessa formação.

**2.** Realização de exercícios para aplicação das diferentes táticas e manobras de que se servem, preferencialmente com o envolvimento de meios de entidades distintas e, nas zonas de maior risco (estático), meios de regiões distintas, para avaliar e melhorar a actuação conjunta.

**3.** Inclusão nos programas de formação, com a profundidade adequada a cada perfil funcional, de conteúdos que dêem ênfase ao planeamento e à organização, contemplado aspectos teóricos, realização de exercícios e práticas com estudos de caso.

**4.** Criação de um Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com a participação de todas as entidades intervenientes, no âmbito do qual serão concretizadas as seguintes acções:

- Planeamento estratégico, face às diferentes situações de risco e cenários previsíveis, atendendo à complementaridade dos diferentes meios e entidades, e estabelecendo as condições em que se processa a sua



intervenção;

- Criação de equipas especializadas de pessoal apeado com material de sapador.
- Tipificação dos meios envolvidos em acções de supressão, função da sua missão prioritária (utilização-tipo), caracterizando os recursos humanos e materiais necessários.
- Definição dos procedimentos de mobilização, intervenção e desmobilização de cada meio e entidade interveniente (carta de prioridades de intervenção);
- Definição dos perfis funcionais de cada nível de actuação dos intervenientes, de modo a orientar os respectivos programas de formação;
- Criação de informação estatística e de métricas destinadas à permanente avaliação de desempenho das operações de supressão.

**5.** Adopção do SCO como modelo de organização para comando de todas as operações de combate a incêndios florestais, sendo posto em prática independentemente da entidade a que pertencem os meios envolvidos nessas operações. Este aspecto exige que todas as chefias das equipas participantes nas operações de supressão tenham formação e treino sobre o SCO e possam assumir as funções desse para que estão habilitadas, independentemente da entidade a que pertençam.

**6.** Concretização de mudanças no sector dos bombeiros, nomeadamente as seguintes:

- Criação de perfis funcionais de «oficial dos bombeiros» correspondentes às competências necessárias ao preenchimento das diversas funções no quadro de comando, função do tipo de CB e de outras no quadro das zonas ou dos sectores operacionais.
- Coexistência no mesmo CB de elementos voluntários e profissionais com estatuto próprio;

**7.** Investimento, para todos os intervenientes, em vestuário e equipamento de protecção individual (incluindo o de sobrevivência), bem como a adopção de medidas e procedimentos de controlo dessa segurança nos TO.



**8.** Tratamento adequado da fase de rescaldo, nomeadamente através da adopção das seguintes medidas:

- Aplicação clara do SCO ao rescaldo, nomeadamente pela permanência no TO de um elemento com a responsabilidade pelo comando das operações (COS);
- Constituição de equipas complementares (exemplo: reclusos e militares) com vista a apoiar as operações de rescaldo e vigilância após rescaldo, no caso de grandes áreas ardidadas.

**9.** Limitar a rotatividade dos elementos dirigentes dos diversos intervenientes, em especial os de comando dos corpos de bombeiros.

**10.** Estabelecimento de sistema de protecção das estruturas e infra-estruturas consideradas críticas, face ao risco de incêndio florestal, através de:

- Definição da organização e dos procedimentos de coordenação entre as equipas de autoprotecção e os meios envolvidos na detecção, vigilância, 1.ª intervenção e combate estendido;
- Organização de equipas dedicadas à autoprotecção de estruturas;
- Levantamento a nível municipal das estruturas e das infra-estruturas críticas e definição dos meios e dos procedimentos a adoptar para cada uma delas.